

“E ASSIM A LUTA CONTINUAVA”: ENTENDENDO AS MOBILIZAÇÕES DAS MULHERES, ENTENDEMOS AS NECESSIDADES DAS COMUNIDADES¹

Marcelo Santos Dantas^{2*}

Resumo

Este artigo trata da fundação da Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima e da atuação que tinham os membros da comunidade, principalmente as mulheres. Buscamos entender suas mobilizações considerando melhor suas necessidades, uma vez que possuem papel de destaque no Movimento Popular de Bairro por conta do trabalho executado na esfera doméstica, o que as leva a estarem por mais tempo naquela localidade e sentirem a espoliação urbana de maneira mais incisiva.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Gênero. História do Recife.

Abstract

This article deals with the foundation of the Alto Nossa Senhora de Fátima's Residents Association and the activities of the community members, principally the women. We seek to understand their mobilizations taking into account their needs, since they have prominent role in the Popular Movement of Neighborhood, because of the work executed in the domestic sphere, what leads them to be for more time in that locality and to feel the urban spoliation more incisive.

Keywords: Social Movements. Gender. History of Recife.

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa maior, sobre a Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima, analisando sua fundação e relevância para sua respectiva comunidade. Nosso intuito com este escrito é trazer outra versão da História, uma que não siga a historiografia tradicional como dogma, mas como algo a ser questionado e desconstruído. Para tal pretensão utilizamos fontes de entidades ligadas ao movimento, bem como relatos de pessoas que atuaram na Associação que enfocamos, trazendo assim informações de pessoas que comumente não são ouvidas, nem consideradas, possibilitando então uma escrita da história vista de baixo³.

Objetivamos também destacar a vida e a luta das mulheres nas comunidades do Recife, durante a década de 1980 do século XX, bem como ter um olhar mais atento para sua História na esfera da Associação de Moradores, uma vez que são elas as principais protagonistas do Movimento de Bairro. Desta forma se temos como

¹ Pesquisa realizada inicialmente para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, pelo curso de História Bacharelado, na UFPE.

² Graduando em História pela UFPE, onde é orientado pela Profa. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima. E-mail: marcelo.santosdantas@hotmail.com.

³ JIM, Sharpe. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

finalidade analisar as lutas das comunidades e das Associações, a análise da História das mulheres se insere enquanto pré-requisito básico para obter um maior e melhor entendimento.

Para o cumprimento de tais objetivos foi necessário o cuidado com as fontes utilizadas, para podermos destacar esse caráter a contrapelo, trazendo à tona a História dos trabalhadores e trabalhadoras a partir de suas próprias fontes. A utilização de uma bibliografia que dialogasse com a História, mas também com a Sociologia foi algo necessário, a fim de refletirmos e debatermos sobre questões teóricas tão caras para um melhor entendimento da nossa pesquisa, como o estudo dos Movimentos Sociais e do Movimento Popular de Bairro.

Esses aspectos que aqui destacamos são necessários se realmente queremos olhar a História através de um prisma que ainda está em construção.

Movimento Popular de Bairro e a sobrevivência das mulheres nas comunidades

Era tempo de transição. O famigerado regime militar, que se instalou desde 1964, estava para perder seu assento. A democracia acenava uma vez mais. Em meio a esse importante processo na nossa jovem República é que nos debruçamos aqui temporalmente na análise da fundação da Associação dos Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima e no papel das mulheres nesse processo crucial para a luta na comunidade.

Entendendo a Associação de Moradores como parte constituinte e atuante do Movimento Popular de Bairro, que por sua vez se configura enquanto Movimento Social, surge a necessidade de trazermos para esta análise algumas questões teóricas.

Os Movimentos Sociais são forças, energias sociais canalizadas para certo propósito. São ações coletivas que buscam a mudança ou permanência de alguma situação na sociedade, tendo a causa, o tema abordado como força de união dos diferentes sujeitos e grupos, também servindo como mola propulsora das ações dos Movimentos. Outro fator de união é a solidariedade entre seus participantes, criada a partir da identidade constituída através dos momentos teóricos e práticos. Não podemos deixar de frisar aqui a carga ideológica e cultural dos sujeitos antes de entrarem no Movimento, pois a subjetividade e complexidade de cada ser – no meio deste caldeirão fervente de diversas classes sociais e experiências – é que engrossará o caldo da identidade e da forma de atuação do Movimento, não tendo desta forma nem um modelo que só aborde questões culturais, nem um que só aborde questões de classe, mas

sim um híbrido, uma mescla entre os dois, sem negar nem excluir a relevância de ambos, resultando nesta terceira opção.⁴

O Movimento Social existe por conta das contradições da sociedade – no caso do Movimento de Bairro, a contradição urbana. Sendo assim, enquanto existir a causa (que une e estimula a ação) existirá o Movimento, não sendo desta forma sua institucionalização (seja na esfera pública ou privada) que garantirá sua existência e atuação, tanto que as lideranças existem geralmente de maneira orgânica, para negociações ou com fins de comunicação, servindo, portanto, aos interesses do Movimento Social, e, conseqüentemente, da luta. O papel das lideranças é importante para a organização daquele espaço, servindo metodologicamente também para garantir uma luta mais organizada, e, conseqüentemente, mais coerente e conseqüente, porém não para personificar o Movimento e ditar as diretrizes a serem seguidas. É importante ainda colocar que partidos e sindicatos não são Movimentos Sociais, nem nenhuma outra entidade ou instituição. Apesar de entidades, como os partidos, não serem os próprios Movimentos Sociais, podem ser (e são) dos Movimentos (partidos, sindicatos, coletivos etc.)⁵, assim como pessoas sem ligações com entidades ou instituições, os independentes. Logo, as Associações de Moradores não são o Movimento de Bairro, mas fazem parte e atuam no respectivo Movimento, além de se enquadrarem enquanto apartidários, tendo seus interesses para além dos partidos políticos, resguardando, no entanto o direito que seus membros possam vir a ser de partidos, desde que haja uma clara delimitação de que nos espaços políticos da organização os interesses são dos moradores da comunidade. Várias das entidades inclusive trazem em seus respectivos estatutos o destaque de sua postura apartidária.⁶

O Movimento Popular de Bairro, assim como os demais Movimentos Sociais não estão longe da luta geral contra a apropriação da produção, contra o seu modo de exploração e não socialização da riqueza. Os Movimentos estão atrelados a esse bojo, assim como partidos e sindicatos, no entanto, cada um com sua particularidade, com seu tema, com sua causa central. No caso do Movimento Popular de Bairro, a luta central gira em torno da contradição urbana, que suscita a espoliação nos bairros, evidenciada pela precariedade do salário social, assim como pela falta ou insuficiência de aparelhos

⁴ GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p.11, jan./jun. 2000.

⁵ GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Op. Cit.* p.12-14.

⁶ AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 126.

de consumo coletivo. Entendemos que a produção e reprodução são esferas interligadas, uma vez que a produção depende diretamente da força de trabalho, esta que se reproduz nos bairros, e são os detentores dessa mesma força de trabalho que acabam por consumir as mercadorias dos capitalistas.

O ato de produção é, em todos os seus momentos e ao mesmo tempo, um ato de consumo. Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade.⁷

Temos então aqui a compreensão de que o trabalhador da fábrica mora em um bairro pobre, e que este é explorado de inúmeras formas tanto no seu local de trabalho, quanto no seu local de moradia (ou de reposição da força de trabalho), e que este mesmo trabalhador, ou trabalhadora, ao questionar sua situação estará, assim, atuando em prol do fim da exploração, não exclusivamente da fábrica, mas também do bairro.

O Movimento, através de sua prática e organização, fomenta uma questão essencial, para a criticidade do mundo que o cerca, como também para um reconhecimento entre os moradores da comunidade, ou seja, o trabalho de base visando a consciência de classe, pois esta pode se operar a partir do micro para o macro:

Discutimos o problema da água, do esgoto, da luz, dos investimentos públicos, a democracia, a centralização do Estado, a especulação – tudo sob uma ótica de coisas concretas, buscando a legitimação através de alguém que está vivendo a sua comunidade.⁸

O Movimento de Bairro atua em vários âmbitos, mas primordialmente em torno das problemáticas que a população daquele bairro enfrenta, e sua espoliação é tema central, mas não exclusivo, uma vez que o próprio ato da organização desperta empatia com seus pares e identificação de outros inúmeros problemas, dentro e fora do bairro. Temos assim o Movimento Popular de Bairro atuando também a favor da consciência para si, a consciência de que aqueles pares estão na mesma situação de exploração, por algo além do que um simples olhar cansado pode captar, e que a união, a organização é não só importante, mas também primordial para que mudanças sejam concretizadas. É uma consciência de classe, é uma consciência da pobreza a que os moradores são submetidos e submetidas.

É a partir de tal consciência, mesmo que incipiente, que a luta é estimulada e organizada. É entendendo que as dificuldades ocorrem por algum motivo, e sempre para os pobres, que se percebe que para que haja mudança é necessário que haja mobilização.

⁷ MARX, Karl apud AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro:** de frente para o Estado, em busca do Parlamento. *Op. Cit.* p.62.

⁸ REZENDE, Jó. **Como se faz a luta de Bairros.** Petrópolis, RJ Vozes, 1985, p. 12.

E foi sob esse prisma que a luta do Movimento Popular de Bairro se deu. E no Recife durante os anos 1980 não foi diferente.

A luta organizada em Três Carneiros se deu inicialmente com as ações do Clube de Mães, que eram menosprezadas por boa parte dos homens da comunidade, que não queriam participar do movimento e acreditavam que as mulheres (por serem mulheres) não conseguiriam algum resultado mais contundente para a vida no bairro. A prática se tornou a melhor resposta que elas poderiam dar, continuando suas lutas, enquanto paulatinamente traziam junto para o movimento homens que estavam comprometidos em obter melhorias para a localidade. Uma das maiores pautas era relacionada à água (e a sua ausência), cuja responsabilidade recaía justamente em cima das mulheres em providenciá-la para casa, carregando latas e mais latas na cabeça.

A militância foi se organizando cada vez mais, e chegou o momento de ter uma Associação na comunidade de Três Carneiros, com um dos objetivos sendo trazer mais homens para o combate, o que não excluía a existência do Clube de Mães, que continuou sua atuação, inclusive participando da Associação de Moradores.

Uma das grandes dificuldades para o avanço do Movimento de Bairro era o machismo, que como podemos observar era responsável por fazer com que muitos dos homens não se agregassem à militância, ridicularizando o importante papel que as mulheres tinham.⁹

É necessário também entendermos a situação das mulheres dentro dos bairros. Ao utilizarmos as cartilhas da ETAPAS (Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social), percebemos que estas traziam algumas informações sobre elas e as comunidades, referindo-se ao planejamento familiar assim como à sua saúde e seu trabalho na esfera doméstica¹⁰.

Sobre o planejamento familiar, foi feita na época uma pesquisa reveladora: é que a imensa maioria dos moradores considerava que cabia às mulheres utilizar meios para evitar a gravidez, através da ligação de trompas ou do uso de pílula anticoncepcional.

⁹ A militância historicamente é liderada por homens, e tem na figura masculina seu corpo de atuação, ao passo que relegavam às mulheres papel coadjuvante, quando não de figurantes. A sociedade patriarcal impossibilitou a participação das mulheres em vários espaços, em várias esferas. Nos espaços de poder, eram subestimadas, inclusive dentro de partidos e sindicatos. Os espaços de poder são também espaços de disputa política, logo não as permitiam de participar adequadamente dos espaços de disputa do movimento, nem se fazerem ativas nas negociações de greves, por exemplo.

¹⁰ O trabalho doméstico é o da manutenção da casa, e de certo modo, da família, pois este é o trabalho responsável por garantir que ela tenha condições de se alimentar, dormir, descansar, enfim, habitar no lar de maneira confortável, sendo assim é um trabalho crucial para a reprodução da força de trabalho. É realizado no ambiente do lar e é uma atividade não remunerada.

Essa informação mostra que toda a responsabilidade era jogada nas suas costas. Se ficassem grávidas seriam elas que cuidariam da criança. Se o casal queria evitar a gravidez era dever da mulher tomar as medidas cabíveis. O papel do homem nessa tarefa de evitar a gravidez parecia ser nulo na mentalidade da população. “Somente 1 em cada 200 moradores se lembra de um método com o qual é o homem que assume a responsabilidade: o preservativo ou a “camisinha”.¹¹ O baixo número dos que responderam uma alternativa que poderia ser cumprida pelo homem diz muito sobre a razão de geralmente eles usarem o preservativo: “Os homens usam camisinha só na relação extra-conjugal, na intenção de não pegar AIDS e não para evitar filhos. Muitas vezes, a própria mulher (esposa) no convívio íntimo do lar não aceita o homem que quer usar camisinha para evitar filhos.”¹²

O planejamento familiar era necessário, pois as condições materiais já eram escassas para a família da forma que estava e, sendo assim, a chegada de novos membros resultava também na grande possibilidade dessas crianças passarem fome, irem para a criminalidade, ou enfrentar outras adversidades.

Outra questão abordada diz respeito ao exame de prevenção ao câncer do útero, que era realizado em mais da metade das mulheres da comunidade. No entanto as que não o faziam, justificavam essa escolha por acreditarem que não era necessário que ele fosse realizado. Um dado animador no que tange a saúde das mulheres no bairro, é que pouco mais de 80% realizaram o pré-natal, obtendo assim o acompanhamento adequado.¹³

Se as questões pertinentes à saúde eram inteiramente de responsabilidade das mulheres, suas vidas na comunidade eram subordinadas aos mandos e desmandos dos maridos, que se enxergam enquanto chefes da casa por serem os responsáveis pela manutenção do lar:

Os homens acham que porque são o cabeça, dizem: Eu sou o chefe da casa porque eu trabalho, né? Claro que ele bota o dinheiro para comprar comida, entrega o dinheiro a mulher e diz: Vai fazer as compras, fulana. Eu arrumo a casa, os meninos desarrumam e eu arrumo de novo, eu lavo uma roupa, os

¹¹ Acervo da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS). **A UR-10. Vol. I: o Bairro e seus moradores.** Cadernos CONHECER MELHOR Nº 1. Recife: ETAPAS, 1989, p.57-58.

¹² Acervo da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS). **UR-1. Lutando Venceremos.** Cadernos CONHECER MELHOR Nº 4. Recife: ETAPAS, 1991, p. 53.

¹³ Acervo da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS). **Três Carneiros. Conhecendo nossa realidade nossos direitos vêm.** Recife: ETAPAS, 1993, p. 42-45.

meninos sujam. O meu marido não, trabalha, dorme a hora que quer, sai a hora que quer, chega a hora que quer, e tudo tá bom prá ele.¹⁴

No entanto, enquanto o marido garantia que a casa teria dinheiro para se manter, era a mulher que geria a casa com esse dinheiro, era ela que cuidava das crianças. Diferente dos homens, as mulheres ficavam em uma situação onde não recebiam salário, não tinham seus direitos como profissionais e seus expedientes eram basicamente enquanto estivessem acordadas. E justamente por estarem nessa situação na qual deveriam cuidar da casa e de seus moradores, é que as mulheres acabavam por conhecer melhor a realidade da comunidade, como a subida dos preços da alimentação, a precariedade de um posto de saúde, a ausência de uma creche. Eram as mulheres quem mais sentiam a falta dos aparelhos coletivos na comunidade.

A Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima

Ao tratarmos especificamente da Associação de Moradores, faz-se necessário situarmos experiências anteriores que contribuíram diretamente para a existência e atuação da Associação.

A existência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – popularmente conhecidas como Encontro de Irmãos – foi importante nesse sentido. Nas CEBs a Igreja procurava ser mais humana e se aproximar mais das pessoas da base da sociedade, sendo uma Igreja que se organizava em pequenas comunidades onde as pessoas se conheciam e se interessavam pelos problemas, procurando atuar de forma organizada frente às dificuldades, em nome da fé cristã. Ela esteve presente em Casa Amarela do final dos anos 60 em diante, como coloca o então Padre Reginaldo Veloso em entrevista:

Dom Helder, na quaresma de 1969 organizou uma semana de evangelização que consistia num programa de rádio, abordando os problemas da vida do povo e provocava um debate. A partir da fala de Dom Helder o povo ia debater os problemas, ler a bíblia e ter força para enfrentar os problemas deles. Isso foi durante uma semana. O Encontro de Irmãos surge daí. A partir dessa semana de evangelização começaram a se organizar os grupos de evangelização que a cada semana se reunia e recebiam um subsídio da arquidiocese com um texto para poderem se organizar e à luz da bíblia enfrentar esses problemas. O lema era ver, julgar e agir. Ver era encarar os problemas, analisá-los e entendê-los. Julgar quer dizer avaliá-los a luz da visão do evangelho e a partir dessa reflexão se organizar para fazer alguma coisa.¹⁵

¹⁴ Acervo da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS). **UR-1. Lutando Venceremos.** *Op. Cit.* p.66.

¹⁵ José Reginaldo Veloso em entrevista concedida ao autor. Recife, 17 de maio de 2016.

As reuniões eram tanto um espaço para estudar a fé cristã, como também para ver e discutir a realidade do país. Elizete dos Santos, antiga presidenta da Associação, relembra o caráter desse importante espaço reflexivo, proporcionado pela Igreja: “*E no Encontro de Irmãos, a orientação da igreja já era essa. Era sempre de ler o evangelho, discutir, refletir e refletir o evangelho nos dias de hoje.*”¹⁶. Com a ditadura se aproximando do seu fim, a organização foi crescendo e se expandindo para Conselhos e Associações de Bairros, tendo bastante participação nas demandas do bairro, como na luta pela desapropriação das terras de Casa Amarela, através do movimento Terras de Ninguém.

Em todos os bairros foram criados espaços de debate, contribuindo para a formação de uma florescente consciência cidadã, que fomentou a criação de Associações que lutavam em torno de diversas pautas, como a da água, da energia, do lixo, dos muros de arrimo, da moradia, do saneamento, dos transportes, dentre outras. Desenvolveu-se entre os cristãos um sentimento de militância, de que algo deveria e poderia ser feito pelas suas próprias mãos. A função da Igreja era levantar o ânimo da luta, mas a luta dos bairros cabia aos moradores, como bem disse o antigo Padre Reginaldo Veloso:

A organização da população já não é uma ação da igreja. A ação da igreja foi despertar esse espírito, essa motivação. Mas a partir do momento que o pessoal entende que tem que lutar, isso aí é uma luta dos moradores do bairro, onde os cristãos tiveram o papel de orientadores, vamos dizer, iniciais do processo. Todo mundo tá lutando. O Conselho da Associação dos Moradores não eram entidades da igreja, eram entidades dos moradores.¹⁷

O “ver, julgar e agir” ia se disseminando entre igrejas, paróquias e os bairros que as abrigavam. As pessoas, cada vez mais, estavam preocupadas com o que acontecia e com o que aconteceu. Enquanto o regime militar deixara uma névoa, que pairava e contaminava de medo a população, o evangelho auxiliava as pessoas a “prender a respiração” e cruzar essa densa bruma, para poder enxergar um mundo que começava a se iluminar.

No Alto Nossa Senhora de Fátima não poderia ser diferente. A partir da Igreja Católica, com essa política mais progressista de D. Hélder Câmara, membros da comunidade, como Maria Antônia (militante histórica do Alto), participavam do Encontro de Irmãos, desse espaço de orientação, leitura e reflexão do evangelho no

¹⁶ Elizete Maria dos Santos em entrevista concedida ao autor. Recife, 21 de abril de 2016.

¹⁷ José Reginaldo Veloso em entrevista concedida ao autor. Recife, 17 de maio de 2016.

cotidiano, fomentando uma percepção mais crítica da realidade, observando assim a real necessidade em atrelar os espaços de oração com a prática cristã.

Com esse olhar mais atento, estimulado pela ala progressista do catolicismo, reivindicações foram feitas a fim de diminuir as carências que eram sentidas diariamente – o Alto sofria muito com a falta d’água¹⁸ e os deslizamentos de terra¹⁹ –, e através da luta, houve mudança concreta no cotidiano daquela localidade, obras de emergências foram feitas,²⁰ ruas²¹ e escadarias²² foram inauguradas. As mudanças foram conquistadas, as conquistas advieram da luta.

De certa forma pode-se afirmar que o círculo de orações, o Encontro de Irmãos, foi o começo de tudo, pois seu início se dava a partir de discussões de assuntos religiosos, até que foi se expandindo para discussões de assuntos mais concretos.

Observando e sentindo as mudanças, tanto no pensamento, quanto nos bens de consumo coletivo, Maria Antônia junto com o Padre Reginaldo articularam e fundaram um grupo de jovens da Igreja, como afirma Elizete:

E esse grupo de jovens, a gente tinha a cada quinze dias, o padre Reginaldo junto com os seminaristas formaram um movimento que a cada quinze dias as lideranças do grupo de jovens de Casa Amarela, porque Casa Amarela é formada por Altos e Córregos, e cada Alto e cada Córrego tinha um grupo. E a gente se reunia, e lá a gente discutia sempre.²³

Nessas reuniões eram utilizados recursos didáticos, tanto para estimular o aprendizado pelo conteúdo, quanto pela forma, como as músicas engajadas e a literatura, que eram pilares fundamentais nessa nova leitura do mundo, do “outro lado da realidade”. As reuniões eram na Igreja de São Sebastião, do Padre Severino, depois passou a ser na rua, pelo fato de que mesmo com o Padre Severino apoiando o grupo de jovens, não queria que se juntassem para reivindicar, por conta da repressão da época.

Dois trabalhos que a Prefeitura do Recife tinha – que de certa forma se uniram em um determinado momento, não pelo querer da gestão, mas pelo interesse dos que lá estavam – acabaram por ser bem importantes para a comunidade. A Prefeitura tinha um trabalho de formar grupos de teatro nas comunidades. A Prefeitura tinha também um

¹⁸ Moradores exigem mais água. **Diário de Pernambuco**. 28 de maio de 1983. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

¹⁹ Chuvas revivem drama dos recifenses. **Diário de Pernambuco**. 18 de fevereiro de 1982. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

²⁰ Prefeitura amplia as obras de emergência nos morros da cidade. **Diário de Pernambuco**. 2 de outubro de 1983. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

²¹ Povo comemora as melhorias urbanas. **Diário de Pernambuco**. 28 de março de 1984. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

²² E diz faltar seriedade no País. **Diário de Pernambuco**. 20 de outubro de 1983. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

²³ Elizete Maria dos Santos em entrevista concedida ao autor. Recife, 21 de abril de 2016.

trabalho de organizar o barracão. O barracão (que na localidade tinha o do Córrego do Euclides como o principal) era uma espécie de casa de apoio das obras, que oferecia assistência médica, trabalho com serviço social, auxílio sobre documentações, etc. Foi lá que Héfrem, um professor de teatro, por intermédio de Joana, uma funcionária do barracão, verificou a possibilidade de se formar grupos de teatro na localidade. O grupo de jovens, ligado à Igreja, gostou da ideia e se reuniram para formar um grupo de teatro.

Não foram somente dois trabalhos da Prefeitura que sutilmente acabaram se tocando, foi muito mais que isso. Pessoas preocupadas com a comunidade e que estavam nos dois trabalhos da Prefeitura fizeram com que o grupo de jovens, que lia e discutia o evangelho e os problemas da comunidade se encontrassem com a arte em um sentido que ainda não tinham tido contato, o de produzir e reproduzir a arte, através do grupo de teatro e das peças.

As peças que o grupo pensava e encenava não tinham como fim único o divertimento, não era esse o objetivo, o propósito, como colocou Elizete: “[...] *a gente se apresentava para discutir e levar ao povo a necessidade de mobilização e as nossas dificuldades.*”²⁴ As peças tratavam de assuntos ligados às necessidades da comunidade, contavam algo que fizesse refletir, questionar, pensar. Elizete dos Santos, ex-participante do grupo de teatro afirma o caráter do grupo:

Então, aí esse grupo de teatro foi escrever uma peça. Era super legal. Escreveu uma peça falando sobre as necessidades da comunidade. Aí a gente contou que não tinha transporte, que não tinha água, tinha dificuldade de energia, assistência médica, não tinha telefonia. Enfim, uma carência total.²⁵

Ressaltavam, não somente, as questões mais visíveis, como o sucateamento da comunidade através da precariedade dos bens de consumo coletivo, mas destacavam igualmente aspectos culturais presentes naquele ambiente, como a diversidade e intolerância religiosa, abordando desde religiões de matriz africana até o cristianismo. O intuito era destacar os problemas e fazer pensar soluções.

O grupo de teatro era iniciativa da prefeitura, mas no intuito de ser meramente algo lúdico, ou seja, uma arte descolada da política e da realidade do povo, como lembrado por Elizete: “[...] *eles queriam que o grupo fizesse peças de contos de fadas e não de reivindicações [...]*”²⁶. No entanto a prática de tal grupo foi de maneira bem diferente do idealizado pela prefeitura, fez-se então um grupo de teatro engajado, com uma arte engajada.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

Como podemos perceber, antes mesmo da criação da Associação os moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima organizavam-se para lutar contra a precariedade encontrada no espaço que os cercava. Essa organização ocorria de várias formas, em diversos espaços, como no conselho comunitário do Vasco da Gama, do qual vários membros da vindoura Associação fizeram parte. As contradições urbanas que se faziam presentes cotidianamente impeliam que cada vez mais a população se organizasse. As contradições faziam necessárias as lutas dos residentes, dos resistentes.

No coração do Alto tinha agora grupos (de irmãos, de jovens, de teatro) que direcionavam seu olhar para as dificuldades encontradas na comunidade. Os problemas eram desnaturalizados e problematizados. O Alto não abaixaria o tom de sua voz.

O que levou a comunidade a se organizar para fundar a Associação de Moradores foram as necessidades materiais da própria comunidade. O Alto Nossa Senhora de Fátima, antigo Alto da Foice, era uma comunidade carente onde faltavam muitas coisas urgentes, como enfatiza Amélia em entrevista:

Onde lá no Alto começou um movimento, que começou com o pessoal jovem de teatro, porque se sentia uma necessidade de ter uma associação dos moradores porque no Alto não existia nada. Não existia calçamento, não existia escola, não existia água. Então a gente começou a pensar que se todo mundo se juntasse a gente poderia reivindicar alguma melhoria pra a nossa comunidade. Porque tudo era ruim. Tudo. Não tinha nada de bom.²⁷

Faltavam muros de arrimo, e sua ausência somada às chuvas acabavam por provocar deslizamentos das encostas e a queda de muitas casas²⁸. Faltava acesso para os moradores chegarem com facilidade e segurança nas suas residências – tal acesso poderia ser feito por escadarias e transporte direto para o Alto Nossa Senhora de Fátima²⁹. A construção de uma escola na comunidade, a falta de água encanada e energia elétrica, também eram alguns exemplos das necessidades encontradas. Foi a falta que fez a presença do povo ser sentida.

A Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima foi formada por meio de comissões, constituídas dos moradores que já estavam participando de alguns dos espaços, como o grupo de irmãos, o grupo de jovens, e o grupo de teatro, mas não se restringindo a eles.

²⁷ Amélia Maria de Souza em entrevista concedida ao autor. Recife, 10 de maio de 2016.

²⁸ Chuvas revivem drama dos recifenses. **Diário de Pernambuco**. 18 de fevereiro de 1982. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

²⁹ Moradores exigem mais água. **Diário de Pernambuco**. 28 de maio de 1983. Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital.

Foi então que no dia 13 de dezembro de 1984 houve uma Assembleia Geral com os sócios fundadores da Associação, com a finalidade de estudar e buscar soluções para os problemas da comunidade, como consta no livro de atas da entidade.³⁰

Foram as pessoas que estavam engajadas na luta cotidiana que criaram a Associação de Moradores.

Maria Antônia dos Santos foi a primeira presidenta da Associação, tendo sua família papel destacado na entidade, participando desde o grupo de irmãos, de jovens e de teatro, até os anos vindouros daquele espaço político.

O maior desafio para a fundação da Associação foi o Estatuto, pois nem todos sabiam da sua importância e havia dificuldades com o trato das questões burocráticas. Foram auxiliados pelos contatos que tinham com pessoas do Partido Comunista Brasileiro - PCB e do curso de Serviço Social da UFPE, construindo então o Estatuto de forma coletiva e representativa.

Havia também dificuldades de ordem financeira para pagar toda a documentação necessária, que era cara. Desde a fundação da Associação, muita coisa saía do bolso da própria Diretoria, já que a comunidade era paupérrima. Foi uma grande luta das pessoas que participavam não deixar a entidade morrer, pois a leitura era que sem ela os avanços da comunidade iriam ficar estagnados.

As reuniões ocorriam quinzenalmente, salvo quando antes surgia algo urgente. Pessoas que moravam em determinada rua se encarregavam de chamar todos da rua em que moravam. As reuniões eram cheias. Os homens passaram a perceber a importância do espaço, e começaram a participar do movimento, a ocupar cargos, visto que a imensa maioria era composta de mulheres.

Inicialmente as reuniões aconteciam na capelinha de Nossa Senhora de Fátima, cedida pela Igreja, depois foram para o quintal de um morador, o Sr. Genésio, que acabou doando o terreno para montar a sede da Associação. Chegaram também a fazer reuniões na rua e na casa de outros moradores que cediam o espaço.

Na época, o então integrante do PMDB, Carlos Eduardo, conhecido como Cadoca, chegou a pagar o aluguel de uma casa como sede provisória durante um tempo. Ele era então um dos candidatos que se apresentavam como mais ligados às questões populares, às necessidades do povo, tanto que ajudava na consolidação da Associação.

³⁰ Ata da Assembleia Geral de Constituição da Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima. 13 de dezembro de 1984. **Livro de Atas:** Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima.

No entanto, posteriormente, quis que a Associação se prestasse a fazer campanha para ele, foi nesse momento então que ocorreu uma cisão entre as partes. A Associação rompeu com Cadoca na gestão de Elizete, mas ele conseguiu vários adeptos no Alto. Com esse rompimento a entidade continuou trabalhando e encaminhando os projetos na prefeitura de maneira independente, pois a luta era para os que lá viviam, não para terceiros com intenções distintas daquelas propostas pelo povo.

Sobre o trabalho autônomo da Associação, Amélia nos conta o seguinte:

[...] porque nós achávamos que não devíamos caminhar com as pernas de vereador, deputado, sempre achamos que a gente poderia caminhar com nossas próprias pernas. E essas outras pessoas, ficavam apoiando deputado, vereador, que eram do interesse deles, onde eles ganhavam alguma coisa, mas que não ia beneficiar a população. Eles que se beneficiavam, a população em si, não. E aí não era interessante pra nós, porque a gente queria lutar só. Quando tinha assembleia que convidava algum da prefeitura, alguém do Estado, que eles fossem pra lá, porque a gente não queria ouvir da boca de terceiros não, a gente queria ouvir da boca do prefeito, do secretário dele, o que era que realmente estava se fazendo na nossa comunidade.³¹

Sobre o trabalho para chamar as pessoas para participarem da Associação, Elizete nos relata: “[...] a gente saía as ruas, com panfletinhos de porta em porta, convidando os moradores para formar a associação.”³². Com este relato, observamos que esta importante tarefa se dava através do diálogo, prezando pela relação interpessoal e informativa, com panfletos esclarecedores, explicando também o que era e para que servia uma Associação, enfatizando a organização popular. O trabalho de base era o trabalho de formiguinha.

O núcleo das pessoas que participava da Associação era praticamente o mesmo que participava dos espaços da Igreja Católica, do Encontro de Irmãos. O espaço era majoritariamente composto por mulheres, mas quando chamavam os homens para participar dos espaços eles iam. Existia o grupo de mães, que era mais específico, promovendo cursos e fornecendo informações para as mulheres que eram ou seriam mães. A ex-integrante da Associação, Elizete, nos conta sobre essa característica da entidade, relato esse bastante pertinente, pois fala não somente enquanto líder comunitária, mas, sobretudo, enquanto mulher:

[...] tinha um protagonismo das mulheres. De tanto elas participarem criou-se também um grupo de mães, onde as discussões eram mais específicas, tinha curso de artesanato, e o bate papo era bem interessante. Feminismo a gente discutia, mas mais a questão da valorização das mulheres, do direito.³³

³¹ Amélia Maria de Souza em entrevista concedida ao autor. Recife, 10 de maio de 2016.

³² Elizete Maria dos Santos em entrevista concedida ao autor. Recife, 21 de abril de 2016.

³³ Idem.

Nesse sentido colhemos também o relato de Amélia Maria, que nos fala dos percalços encontrados pelas mulheres para participarem da Associação, além de trazer nomes históricos de saudosas e aguerridas mulheres:

Então a luta maior era essa, de juntar as mulheres, porque a gente sempre achou que as mulheres unidas elas tinham força [...]. Dona Maria Antônia, dona Zezita, dona Carmelita, dona Conceição, então essas mulheres elas se juntavam às outras, aquelas que tinham receio, porque se o marido chegasse em casa e elas não tivessem, elas iam apanhar. Então se começou daí, juntar a mulherada, se conversar e dizer pra mulher que ela não respirava por conta do marido, ela sabia respirar sozinha.³⁴

Dos espaços da Associação eram as mulheres as que mais participavam, por serem donas de casas, mães, estarem na dupla jornada, o que acarretava em passar mais tempo na comunidade do que os homens, ou de perceber mais as suas carências, e, portanto, sentirem mais as necessidades da comunidade. Maria Antônia, uma das fundadoras e primeira presidenta da Associação, era vista como uma mulher visionária. Constatava-se que as mulheres unidas tinham força de mudança.

Muitos homens não queriam que suas esposas participassem das reuniões, achavam que era perda de tempo, ou até que não iriam para reunião, mas para outro lugar, fazer outra coisa, apenas usando a reunião como pretexto. Puro machismo.

Muitas acabavam não indo para as reuniões por conta da violência doméstica. Fomentava-se então o debate sobre a independência das mulheres em relação aos homens. As reuniões ocorriam até de dia, quando não tinha sede, pois os maridos estavam trabalhando e as mulheres poderiam ir para os espaços. Abordava-se ainda a questão da saúde da mulher, planejamento familiar, pois muitas delas nunca tinham ido a um ginecologista, o que tornava esse espaço ainda mais importante.

Quando Elizete, filha de Maria Antônia, assume a presidência, começa a se atrair mulheres mais jovens para a Associação, além de mais homens também, pois além do fato de ela ser mais jovem (aumentando a identificação com as que tinham a mesma faixa etária), começou a se ver mais melhorias no Alto, fruto da gestão anterior e da dela própria.

Geralmente as eleições ocorriam entre duas chapas ou era candidatura de chapa única. Todos os moradores tinham o direito de expor sua opinião, mesmo que fosse contrária à maioria, além de ter seu direito a votar afiançado. Era um espaço plural e coletivo que chamava as pessoas a participarem, como nos foi dito por Amélia: *“Porque quando chega a época das eleições a gente perguntava a todo mundo da comunidade se*

³⁴ Amélia Maria de Souza em entrevista concedida ao autor. Recife, 10 de maio de 2016.

*queriam montar chapa e aqueles que queriam se inscreviam. Sempre a gente tinha duas chapas, dificilmente a gente tinha uma só, porque todo mundo queria participar.”*³⁵

Amélia reforça o caráter aberto da Associação mostrando outras nuances:

Bom, todo mundo tem direito a voz e a voto. Todos eles, mesmo que discordassem da atual gestão. Eles tinham direito de discordar, de formar chapa e se eles ganhassem, a gente tinha que acatar. A gente escutava as sugestões deles, porque às vezes era até uma sugestão vital para toda comunidade.³⁶

Era evidente a força das mulheres da comunidade, principalmente da família das irmãs Maria Antônia e Zezita, praticamente fundadoras do Alto de Fátima. Enquanto a primeira foi presidenta, a segunda fez parte do conselho fiscal, foi vice e depois presidenta. Quando falamos que essa família teve papel destacado, estendemos também tal importância para as suas respectivas filhas: Elizete (filha de Maria Antônia, foi secretária e também presidenta), e, Amélia (filha de Zezita, foi secretária e tesoureira). Dessa maneira vemos que estudar a História da luta dessa comunidade é também estudar a História dessas famílias.

Falando ainda sobre o papel destacado das mulheres nesse meio, percebemos um conflito de memórias entre nossas fontes orais. Visto que, ao passo que destacamos anteriormente os debates de cunho feminino e feminista, temos um relato, no depoimento de dona Zezita³⁷, que afirma que na Associação não tinha debates sobre a condição da mulher na sociedade. Não havia debates sobre minorias, opressões, focavam-se em discutir questões pertinentes diretamente à comunidade e possibilidades para sua melhoria. Como tratamos aqui preponderantemente com a História oral, temos que estar cientes que a memória é algo delicado a ser trabalhado, cada relato é pessoal, pois cada pessoa é peculiar, cada vivência é específica. Dessa forma a detecção de conflitos nessa pesquisa é de certa forma esperada e até proveitosa, fazendo-nos questionar até que ponto as versões de um tempo convergem. Mas apesar das divergências, duas coisas aparentam ser unânimes: a importância da Associação para o progresso do Alto e o seu caráter popular.

Uma das maiores lutas era pela construção de uma avenida, pois no Alto não subiam ônibus, além de existir uma enorme erosão no chão da rua, conhecido popularmente como Buracão. Existiam na época duas propostas para sanar o problema,

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Josefa Antônia de Souza em entrevista concedida ao autor. Recife, 11 de maio de 2016.

sendo elas: a construção de uma avenida no Alto ou a construção de uma escadaria. Tal questão foi decidida através de um plebiscito na comunidade.³⁸

A luta popular no bairro trouxe muitas conquistas, dentre elas a questão da coleta do lixo, pois as ruas e escadarias eram entulhadas com os resíduos, atrapalhando a locomoção e trazendo risco no que diz respeito à saúde dos moradores, principalmente a saúde das crianças.

A comunidade teve ainda muitos outros avanços, conseguiram organizar bem o Alto, com a construção de muros de arrimo, de escadarias, dentre outras conquistas. Era através das reuniões que se identificavam as áreas mais necessitadas, para então mandarem ofícios direcionados à prefeitura, reivindicando melhorias nos aparelhos coletivos da comunidade. A relação com as prefeituras de Gustavo Krause (1979-1982) e depois de Joaquim Francisco (1983-1986/1989-1990) consistia, basicamente, em mandar um ofício e marcar audiências, o que perpassa o caráter de gestão não popular das prefeituras, visto que a relação entre as partes dava-se praticamente apenas nos trâmites burocráticos.

Diversas atividades eram levadas a partir da Associação ou contavam com seu apoio, como a projeção de filmes, tendo em vista que as pessoas que lá habitavam não tinham recursos para ir ao cinema. Dessa forma uma das práticas de maior sucesso era a que consistia em levar o projetor e discutir algum filme relacionado com a temática da organização dos trabalhadores em sindicato e demais temas de cunho político, que eram inicialmente projetados na capelinha. Palestras e eventos afins eram também realizados na comunidade.

Sobre a época da ditadura o enfoque do debate era centrado no que tange à violência da polícia, esta que enxergava a todos como bandidos, como relembra Amélia: *“Se discutia sobre a violência, a violência policial. Porque por ser uma comunidade pobre e a maioria negra a polícia trata a gente como marginal.”*³⁹ Tal violência foi maximizada por uma triste lembrança da nossa entrevistada: *“Eu me lembro que naquela época a cavalaria subia no Alto Nossa Senhora de Fátima, nas ruas e becos porque achavam que todo mundo tinha envolvimento com as coisas erradas.”*⁴⁰. A cavalaria subia o Alto e batia em quem estivesse em sua frente.

³⁸ Enquanto a Associação teve a postura de defender a construção da avenida, levando em conta a dificuldade do transporte público atender aquela população, a prefeitura do Recife e Cadoca defendiam a escadaria. Aqui especulamos que tal defesa se deu por conta desta opção ser mais viável financeiramente.

³⁹ Amélia Maria de Souza em entrevista concedida ao autor. Recife, 10 de maio de 2016.

⁴⁰ Idem.

Se hoje ainda vivemos com os legados da ditadura que aparentam estar a cada dia mais à tona percebemos que, nessa época de transição entre o regime autoritário e a redemocratização, o medo e a violência eram ainda feridas abertas. A carne estava viva e dela escorria o sangue quente, pela pele, como lágrimas saídas de olhos tristes escorrendo pelo rosto.

A relação com esse Estado suspeito era no mínimo problemática, uma vez que as pessoas da comunidade acreditavam só ter deveres para com o Estado, não tendo direito algum. Era necessário dar continuidade ao trabalho, prosseguir com a conscientização política, levar adiante a tomada de consciência.

Através de trabalho de base consciente, debatia-se que não era ruim ser pobre em si, que havia a possibilidade de melhorar de vida pela educação. Por isso foi criada uma sala de aula na Associação, que funcionava durante o turno noturno, no intuito de alfabetizar. Para ensinar bastava saber ler e escrever, além de ter disposição para trabalhar. Ainda sobre essa preocupação com a educação⁴¹, no Alto foi fundada uma minibiblioteca, observando que muitos moradores tinham vergonha de ir à escola, por acharem que os professores iriam “mangar”, debochar deles, por não terem o conhecimento que julgavam ser o necessário e/ou o adequado. Por conta desse medo optavam por não aprender na escola, mas na vida. Essa iniciativa dos militantes do bairro foi fundamental para tentar reverter esse quadro.

A comunidade contou ao longo do tempo com o apoio de diversos grupos e pessoas, entre eles o grupo de jovens, o grupo de teatro, o PCB, estudantes de Serviço Social da UFPE, Associação dos Engenheiros, dentre outros. Esta última ajudava no que tange ao estudo sobre as quedas das barreiras, colaborando para se pensar e entender melhor a situação das casas e dos morros, propondo o que seria melhor a ser pedido à prefeitura.

Algumas pessoas da Associação entravam em contato com sindicalistas, ou membros do próprio sindicato via a importância da Associação e organizavam ações conjuntas. Conversava-se com essas pessoas no próprio espaço da reunião. A relação com vereadores, sobre fazer campanha para elegê-los era discutida em conjunto, não de maneira cupulista, ou seja, as pautas da Associação eram construídas e discutidas entre, e para, os seus pares, como bem nos elucida a fala de Amélia:

⁴¹ A educação se constituía enquanto um dos maiores problemas nas comunidades do Recife, tendo em vista que a maioria apresentava no máximo o primeiro grau incompleto, tendo como principal motivo desta desistência forçada a necessidade de trabalhar. In Acervo da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS). **UR-1. Lutando Venceremos. Op. Cit.** p.41-42.

Porque na associação não era assim, só quem tinha a voz não era os de dentro não. Toda diretoria tinha que ter um consenso, se aquilo era bom para a população. Não tinha que ser bom só pra uma pessoa não, tinha que ser bom pra todos. Então a gente começou por aí assim a ter apoio de alguns partidos, do partido comunista, apoio de sindicatos. A questão de se ter alguém que pudesse fazer uma palestra sobre, por exemplo, a saúde da mulher, que tinha o coletivo Mulher Vida, que sempre ia na associação falar sobre a importância dos assuntos da mulher, a questão da amamentação. Se discutia muito as questões de sindicatos, da FEACA⁴², tinham os advogados que iam participar da reunião e explicar os nossos direitos e deveres. Porque às vezes muitas pessoas conheciam os seus deveres, mas os direitos não, eles pensavam que não tinham direito. A gente sempre levava alguém de uma certa importância pra conversar e explicar. Às vezes tinha a hora que precisava de uma orientação jurídica e não tinha dinheiro, então a gente conseguia através de políticos, dos sindicatos, da FEACA, se conseguia um advogado pra dar uma orientação jurídica ao povo. E por aí a gente caminhava e as coisas funcionavam.⁴³

Percebemos então que parcerias eram traçadas com outras entidades, a fim de garantir sempre novas atividades, outros debates e maior força e unidade na luta. As parcerias eram importantes também no aspecto material, para conseguirem doações. As parcerias não significavam dependência por parte da Associação, mas sim vontade de lutar em conjunto.

A Federação de Casa Amarela, FEACA, presidida por Iêda Ventura, facilitava uma maior organização entre as associações de Casa Amarela, reivindicando em conjunto com a Associação do antigo Alto da Foice. Posteriormente teve a Federação Metropolitana, FEMEB, que surgiu frente a necessidade de se organizar cada vez mais, em um âmbito que se ampliava progressivamente.

Sobre a luta em Casa Amarela, Elizete nos diz o seguinte:

[...] era justamente ver as necessidades que tinham em comum nos Altos e Córregos, para poder então, a federação reivindicar junto conosco, o que fez com que a gente conseguisse, é, conquistas. E foi importante. [...] Veja que vai sentindo assim a necessidade de cada vez mais se organizar em Casa Amarela.⁴⁴

Foi através desse movimento que conseguiram trazer o programa do leite para as comunidades, programa este muito importante para algo tão fundamental que é a alimentação das crianças. Sobre o programa, Elizete nos explica sua função:

Esse leite eram tickets, que a gente recebia e mensalmente reunia famílias, e distribuía o ticket. E é um momento muito bom. O momento de chegar perto das outras comunidades, das outras famílias, porque eram famílias muito carentes, muito necessitadas. A gente visitava casa por casa, via a certidão de cada um, para mais tarde, a gente fazer um cadastro.⁴⁵

⁴² Federação de Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (FEACA).

⁴³ Amélia Maria de Souza em entrevista concedida ao autor. Recife, 10 de maio de 2016.

⁴⁴ Elizete Maria dos Santos em entrevista concedida ao autor. Recife, 21 de abril de 2016.

⁴⁵ Idem.

As parcerias aconteciam na comunidade antes mesmo da Associação se constituir enquanto tal, logo não poderia ser diferente depois que ela estivesse em vigor. É importantíssimo trazermos aqui o reconhecimento, na fala de Amélia, das parcerias que foram traçadas, pois a luta não é feita no ostracismo, mas sim na pluralidade:

Ah! Teve. Teve um grupo de jovens que fazia teatro, tinham várias pessoas que tinham certo nível de conhecimento, que começou a ensinar ao pessoal, como a associação deveria ser feita. Essas pessoas que começou a ensinar, a demonstrar a gente como deveria ser feito, como tinham conhecimentos com outras pessoas, tipo advogados, levavam essas pessoas pra conversar. A partir daí foi se ensinado como é que deveria ser feito o registro dessa associação dos moradores. Mas tudo começou com esses meninos que faziam teatro, com essa juventude. Eu não me lembro muito bem, mas tinha Hefrém que articulava bem a coisa. Depois que já estava tudo bem organizado, chegou outra pessoa, o Sr. Moacyr Dantas. Ele nos deu apoio, começou a ensinar a gente quais caminhos, como deveria agir, porque como ele era jornalista, ele sabe ensinar os caminhos, como a gente deveria conversar, agir, e a coisa começou a fluir. [...] Não foi só. A gente teve ajuda de outras pessoas.⁴⁶

Ao longo da pesquisa apresentamos e desenvolvemos a ideia de que o estudo da Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima é um estudo sobre pessoas. As pessoas podem se interessar por política – entendendo que política vai muito além da questão eleitoral, a política é feita todos os dias, ajudando alguém que precise, refletindo sobre a situação da sociedade – como também podem ter asco a ela. As pessoas podem ser voluntárias, como também podem ser egoístas. As pessoas mudam de ideias, se modificam, aprendem novas questões importantes para elas, mesmo que não sejam importantes para nós. As pessoas também participam de grupos, de entidades, de partidos, de eventos, e, também, podem deixar de participar.

Com isso quero dizer que o trabalho em pesquisar a Associação e o Movimento Popular de Bairro não se encerra aqui. É preciso continuar a pesquisa por outros recortes históricos, por outros olhares, por outras pessoas.

A pesquisa não é somente ler as fontes, interpretá-las e escrever sobre um período dessa imensidão chamada História. A pesquisa é antes de tudo vivenciar o passado, passar pelas mesmas ruas dos livros e ver o que estava ali alguns anos, décadas ou séculos atrás.

É parte da pesquisa fazer com que as pessoas se interessem pelo tema. A intenção maior aqui é fazer com que os moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima entendam e se interessem pela sua História. Que aprendam com o passado e vejam suas permanências. Que a partir do entendimento desse pretérito não tão distante,

⁴⁶ Amélia Maria de Souza em entrevista concedida ao autor. Recife, 10 de maio de 2016.

transformem, de alguma maneira, o meio em que estão inseridos, que de alguma forma se transformem.

Não sabemos se alcançaremos objetivos tão grandes como esses, mas o importante é que o primeiro passo foi dado. Escrever a História de um povo que sofreu, mas lutou para que os seus pares não precisassem sofrer. E é com esse intuito que não podemos deixar de registrar aqui o nome daqueles que estavam presentes na Assembleia Geral, do dia 13 de dezembro de 1984, na Rua José Rebouças, nº 22.

Elizete Maria dos Santos, Maria Antônia Santos, Josefa Antônia de Souza, Hamilton José de Souza, Rivaldo Calazans dos Santos, Alaíde Joana da Conceição, Lindinalva Maria da Silva, Ailton Claudino de Andrade Filho, Joaquim Luiz do Nascimento, Carmelita Roque da Silva, José Costa Pinto Filho, Célia Maria da Conceição Rezende, Sabrina Maria Barbosa, Maria José Ribeiro, Nívea Brasileira da Silva, Maria de Lourdes Simplício, João Antônio Amorim.⁴⁷

Referências Bibliográficas

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, p.126, 1991.

Cadernos CONHECER MELHOR Nº 1. Recife: ETAPAS, 1989.

CONHECER MELHOR Nº 4. Recife: ETAPAS, 1991.

ETAPAS. **Três Carneiros. Conhecendo nossa realidade nossos direitos vêm**. Recife: ETAPAS, 1993.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p.11, jan./jun. 2000.

JIM, Sharpe. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

REZENDE, Jó. **Como se faz a luta de Bairros**. Petrópolis, RJ Vozes, 1985.

⁴⁷ Ata da Assembleia Geral de Constituição da Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima. 13 de dezembro de 1984. **Livro de Atas**: Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima.